



**TERCEIRA SECRETARIA**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**  
**SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA**

**ATA DA 43ª**  
**(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA,**  
**TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**  
**PARA DEBATER O ESTUDO ACERCA DO**  
**ZONEAMENTO AMBIENTAL E DO PLANO DE**  
**MANEJO DA ARIE PARQUE JK**

**EM 19 DE MAIO DE 2005**

55

8

63 bandas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimentamos as pessoas presentes na galeria. Esta é a Casa do Povo e, sempre que procuramos resolver algo de interesse da população, é bom os senhores marcarem presença. Os Deputados estão aqui a serviço da comunidade e de nós os senhores deverão cobrar e receber toda a orientação e apoio necessários. Foram os senhores que nos concederam nossos mandatos. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Em face do Requerimento nº 1.894, de 2005, de autoria dos Deputados Brunelli, Fábio Barcellos, Leonardo Prudente e outros, a sessão ordinária de hoje, 19 de maio de 2005, será transformada em comissão geral para debater a respeito do estudo sobre o zoneamento ambiental e o plano de manejo da ARIE Parque JK, onde estão inseridos os condomínios das Chácaras 27, 28A e 28B, Chácara 39 - denominada Condomínio Vida Nova - e todo o Condomínio Pôr-do-Sol.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar todos que hoje vieram participar desta comissão geral.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	2

Aproveito a oportunidade para comunicar aos Parlamentares desta Casa que, na data de hoje, encaminhamos um convite a todos os gabinetes, convidando os Deputados para uma reunião que se realizará às 16h da próxima segunda-feira na sala de reuniões desta Casa. Como já é do conhecimento do Presidente, estabeleceremos uma discussão sobre o projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo com o BIRD.

É importante ressaltar que, inicialmente, será feita uma apresentação do Programa Brasília Sustentável. Nós fizemos essa solicitação ao Governo para que todos os Deputados tenham conhecimento da envergadura do projeto e do Programa, que vêm trazer uma solução para o problema do esgoto sanitário e dos resíduos sólidos no Distrito Federal.

Essa discussão se dará a partir das 16h, na segunda-feira. Estamos, portanto, reforçando o convite e alertando para a importância da participação de todos os Parlamentares nessa discussão, porque, naturalmente, o Programa Brasília Sustentável será acompanhado por todos em sua execução. Esta Casa está com a responsabilidade da autorização para que o Governo possa contrair o empréstimo. A partir da autorização legislativa, o Banco Central e o Ministério da Fazenda adotarão as providências seguintes.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade e, mais uma vez, reafirmo o convite a todos os Deputados. Os convites estão sendo encaminhados aos gabinetes, para que possamos conhecer o programa que será apresentado em *data show*. Depois, a equipe do Governo estará à disposição de todos para as perguntas julgadas necessárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputada Anilcéia Machado, sei que V.Exa. é Líder do Governo, mas paira uma interrogação. O povo aqui presente será beneficiado?

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Com certeza. Todo e qualquer morador do Distrito Federal poderá ter a certeza de que, com o Programa Brasília Sustentável, teremos uma solução para o problema do esgotamento sanitário; do lixo, que atinge toda a população - haverá o aproveitamento dos resíduos sólidos em todas as áreas de proteção ambiental na Capital do País. Portanto, não apenas o nosso território, mas também a cidade de Águas Lindas será beneficiada. A Cidade Estrutural receberá um tratamento especial com relação ao abastecimento de água e ao tratamento do esgoto. O benefício alcançará toda a população. Sem dúvida alguma, aqueles que aqui estão para debater a ARIE Parque JK, uma área de preservação ambiental, mais do que nunca serão alcançados por esse programa do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sem prejuízo para todas essas pessoas.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Com certeza. Segunda-feira, às 16h, será apresentado à Câmara Legislativa o Programa Brasília Sustentável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Estamos junto com o povo e com V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa,

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em cumprimento à função de secretariar a presente reunião, fui informado pela assessoria de que não há expediente sobre a mesa.

Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar que, em razão do mister que esta Casa me confiou de presidir a Comissão Especial Temporária da Juventude, já estamos em campo trabalhando. Hoje, entre as 10h e 12h30min, estivemos na Escola Esteia dos Querubins, em Planaltina, conforme a programação aprovada pela Comissão Especial na reunião realizada no dia 14. Debates o primeiro tema: a violência infanto juvenil, com a presença do Promotor da Infância e da Adolescência, do Delegado da Criança e do Adolescente, do Presidente da UESP, do Representante da Secretaria de Educação e do Representante do Sinpro. Contamos com a presença da D. Maria José Nolasco, em nome das entidades que lutam contra a violência juvenil, representadas pelas vítimas dessa violência.

Fomos bem recebidos pela direção da escola, pelos estudantes, professores e servidores. Também estava presente todo o agrupamento de *hip hop* de Planaltina. Devemos debater diversos temas. Hoje, realizamos audiência pública relativa à violência infanto juvenil.

Sr. Presidente, esta Casa esteve bem representada. Debates um tema que chamou a sua responsabilidade para o final: propor políticas públicas para a juventude, não apenas por parte do Governo local, mas também do Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	5

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Suspendemos a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 15h25min, a sessão é reaberta às 15h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Há número regimental. Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Convido para compor a Mesa desta comissão geral o Exmo. Sr. Secretário de Estado e Administração de Parques e Unidades de Conservação, Ênio Dutra Fernandes da Silva; o Sr. Subsecretário de Fiscalização, José da Luz Araújo; o Sr. Analista Processual da Promotoria de Meio Ambiente do DF - Ministério Público - Anthony Brandão; representando o Ibama -DF, o analista ambiental Sr. Manoel Araújo e o Professor da Universidade de Brasília Otto Ribas.

Dou boas-vindas a todos os presentes, às autoridades do Executivo constituídas. Agradeço a presença às nossas lideranças comunitárias, às prefeituras e aos Deputados que já passaram por aqui.

Hoje o assunto em debate é o zoneamento ambiental e o plano de manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque JK, onde estão inseridos os condomínios das Chácaras nºs 27, 28A, 29B, 39, o Condomínio Vida Nova e o Condomínio Pôr-do-Sol.

Agradeço, antes de mais nada, a Deus este momento, por Ele sempre estar nos dando vida para podermos dar continuidade àquilo em que acreditamos nesta cidade, que é a promoção da justiça social e do trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	6

Agradeço aos que estão aqui na Mesa. Estamos praticamente desde o mês de fevereiro de 2003 aqui na Câmara debatendo esses assuntos e hoje teremos uma apresentação de todos esses órgãos atinentes a essa realidade. Temos hoje, dentro da Câmara Legislativa, em poucos meses, uma nova realidade, a de que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial será enviado para votação. Teremos um Plano Diretor Local que receberá suas modificações e alternâncias, como determina a Lei Orgânica do Distrito Federal. Para isso, não queremos cometer nenhuma atrocidade em relação ao meio ambiente e também não queremos que as vidas que geram o meio ambiente, que são os seres humanos, percam a sua moradia e a qualidade de vida naqueles locais que entendemos serem passíveis de regularização.

Entendo que o Governador do Distrito Federal tem todo o interesse de promover isso. S.Exa. já demonstrou, desde o ano de 1991, quando tomou posse como o primeiro Governador eleito desta cidade, ser o homem que fez o maior assentamento urbano do nosso país.

Temos certeza de que essa reforma urbana passa por essas políticas habitacionais, pois não tivemos oportunidade, aqui no Distrito Federal, de fazê-la para a classe média.

Passo a palavra ao Sr. Secretário de Estado e Administração de Parques e Unidades de Conservação, Ênio Dutra Fernandes da Silva. Antes, porém, quero dizer que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, como o Poder que representa o povo, está sintonizada com o Executivo nessa questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	7

Eu gostaria que o cerimonial organizasse o plenário para que possamos assistir à projeção no telão. (Pausa.)

Esta Presidência pede desculpas aos presentes, porque, infelizmente, a nossa Casa está com problemas de infra-estrutura de que, tenho certeza, o Deputado Chico Floresta, responsável pela área de informatização desta Casa, será informado para que tome as devidas providências, a fim de que possamos utilizar esses equipamentos em outros seminários nesta Casa.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado da Comparques.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Agradeço ao Deputado Brunelli a oportunidade. É um prazer estar aqui, principalmente visando ao esclarecimento dessa comunidade, que está ansiosa para ver a situação da área do Parque JK, dos condomínios, o mais rapidamente resolvida.

Desejo esclarecer aqui que esse trabalho, esse plano de manejo, esse estudo, está sendo patrocinado pelo DER - Departamento de Estradas e Rodagem -, como compensação ambiental. É um trabalho realizado pela NCA, e é um trabalho inédito. É a primeira vez que se faz, no Distrito Federal, um estudo desse nível. É o plano de manejo, que divide a área para efeito de estudo, para efeito de ocupação em zoneamento, para saber o que se pode fazer.

Esse zoneamento da ARIE JK é que nos dirá quais as áreas que podemos e as que não devemos ocupar com um adensamento, uma ocupação, uma moradia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	8

Aqui estou revendo muitas pessoas que já conheci em reuniões anteriores. Então, espero e desejo que os senhores entendam e nos ajudem a resolver esse problema. A participação da comunidade é fundamental e ela deve ter preocupação com a questão da preservação. Temos de pensar no futuro. Há áreas ali que não podemos utilizar, porque são áreas de preservação permanente. Devemos conservá-las. E aí entra a participação da comunidade.

O estudo é condicionante para a aprovação da via de ligação que liga Samambaia a Ceilândia. Esse estudo, esse plano de manejo como compensação ambiental, está sendo patrocinado pelo DER.

Portanto, é muito importante que todos vocês ajudem o Governo.

Outro aspecto que quero deixar claro para todos vocês é que há muitas pessoas que pensam que a ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico - é um parque igual ao Parque da Cidade, e não é. É uma unidade de conservação de uso sustentável. Pode haver ocupação, sim, mas com uso controlado.

Assim que concluirmos esse estudo, partiremos para uma outra etapa, que é a da regularização, da organização dos condomínios. Peço paciência a vocês, mas peço principalmente que vocês compreendam a nossa situação e que evitem fazer qualquer ocupação naquela área. Muitas pessoas que compraram irregularmente estão ansiosas para construir. Pedimos que não construam, por favor. Peço a vocês isso, com todo o carinho e respeito que vocês merecem, porque estamos preocupados em organizar. E esse estudo que está sendo apresentado hoje e que está em fase de conclusão nos guiará para organizarmos a ocupação daquele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	9

espaço. Hoje vocês saberão quais áreas podem e quais não devem ser ocupadas. Ficaremos à disposição de todos vocês, com os nossos técnicos, para qualquer explicação.

Mais uma vez, muito obrigado, Deputado Brunelli, por esta oportunidade de estar aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Neste momento, ouviremos as palavras do Sr. Subsecretário de Fiscalização, José da Luz Araújo.

Eu também farei minhas considerações iniciais e, logo após, passaremos à exposição dos técnicos que o Prof. Ênio trouxe à Casa. Depois, então, entraremos no debate, quando concederemos dez minutos a cada um que veio fazer a representação nesta tarde.

SR. JOSÉ DA LUZ ARAÚJO - Boa-tarde a todos.

Agradeço ao Deputado Brunelli e à Câmara Legislativa o convite a mim formulado e a oportunidade de aqui estar.

Eu queria falar algo sobre a nossa atividade. A atividade fiscalizadora, antes de tudo, é de interesse coletivo, é de interesse da sociedade. Embora, às vezes, deparemos-nos com interesses contrários de alguns, esses interesses são sempre em razão de muitos.

As questões de regularização fundiária, as questões de demarcação de terras geram as audiências públicas, as legislações, as normas de gabarito, o memorial descritivo para que as comunidades possam daí lograr uma escritura pública de sua terra e do processo construtivo regular, ou seja, a licença, o alvará de construção. Sabemos, porém, que não podemos ignorar situações consolidadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	10

Sr. Presidente, estive com o Secretário Ênio Dutra e trabalhei nessas áreas de relevante interesse ecológico como a ARIE JK, por exemplo, as Chácaras n°s 27, 28, 33, os Condomínios Pôr-do-Sol, Sol Nascente e outros. Sempre tivemos um processo de entendimento muito bem conduzido entre o Secretário Ênio e a comunidade local. Primeiramente, a própria comunidade não estava de acordo, muito menos o Governo do Distrito Federal poderia ficar passivo diante da não-preservação dos nossos mananciais. Toda aquela área possui várias nascentes e nesse caso temos que tomar medidas, obviamente sem esquecer a questão social. Por essa razão, foi formada uma grande comissão integrada por vários entes públicos, secretarias e representantes da própria organização da sociedade civil, no sentido de fazermos um trabalho conjunto voltado para a preservação desse entendimento junto à comunidade, para não deixar que depredem ou assoreiem os nossos rios, os nossos córregos.

A nossa missão tem sido no intuito desse entendimento, porque, quando há o entendimento do interesse coletivo, certamente não há o enfrentamento. E este trabalho que agora está concluso é o resultado da compreensão dessas comunidades, é o resultado da atenção que o Governo do Distrito Federal tem direcionado ao atendimento dessas populações que tanto necessitam da sua moradia, até porque a moradia é um direito constitucional. E a esse direito certamente estamos atentos, mas atentos também à questão de que devemos nos pautar sempre pelo princípio da legalidade, da moralidade. Esse é o nosso trabalho de fiscalização. Repito: às vezes, temos que contrariar o interesse de alguns em favor de muitos.

Muito obrigado. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Recebi a informação de que precisaremos de uns quarenta minutos para fazer a exposição. Portanto, vou conceder a palavra ao Sr. Otto Ribas.

SR. OTTO RIBAS - Boa-tarde a todos.

Deputados, Secretário de Estado da Comparques, colegas do Ministério Público, do Ibama e da Secretaria de Fiscalização das Atividades Urbanas, estou aqui na condição de coordenador desse trabalho.

Antes de falar sobre ele, ressalto que, toda vez que venho a esta Casa, fico em frente à Bíblia! Hoje ela está aberta no Salmo 90, que fala sobre a eternidade de Deus e a transitoriedade dos homens. Estive pensando sobre isso. Deus é eterno e os homens são transitórios.

Ora, essa polaridade entre o que é eterno e o que é transitório é, mais ou menos, o dilema que enfrenta quem está na direção da Secretaria de Parques. Essa pessoa tem de convencer os que estão preocupados com coisas transitórias e imediatas da importância de se preservar o meio ambiente a fim de levar qualidade para as gerações futuras e, se possível, para a eternidade.

Como técnico, é muito difícil falar aqui, porque não tenho poder de decidir sobre o que deve ou não ser mantido. A única coisa que fizemos foi atender à legislação e estudar tecnicamente aspectos concernentes à ocupação da área.

Essa é a ARIE JK. Para vocês terem uma idéia do tamanho dessa região, situada entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, imaginem, mais ou menos, a distância daqui à Rodoviária de Brasília, do Eixão até a W3. Trata-se de uma faixa de 8 a 9 km aproximadamente. Isso é para vocês



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	12

terem uma idéia da dimensão, pois algumas pessoas moram ali e não têm idéia disso.

A primeira coisa importante, como o Professor Ênio falou, é que essa ARIE foi criada por meio de lei distrital. Numa ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico, muitas coisas são admitidas e outras não.

Sob o ponto de vista da situação fundiária, toda terra que lá está é do Governo.

Existem ali ocupações consentidas pelo Governo. São as chácaras do Núcleo Rural de Taguatinga. Há também ocupações não-consentidas, irregulares. Trata-se das chácaras mais próximas ao Setor de Mansões de Taguatinga e ao setor P Sul.

São áreas muito grandes, nas quais há coleta de esgoto. As redes de esgoto e pluvial de Samambaia, Taguatinga e Ceilândia passam por ali. Há também adutoras, redes de energia elétrica e sítios arqueológicos. Esses lugares foram ocupados por pessoas antes mesmo do descobrimento do Brasil, ou seja, antes do Brasil Colônia. As ocupações datam de mais de quinhentos, seiscentos, até mil anos. A lei determina a preservação e conservação delas.

Como a área é envolvida pelo maior núcleo urbano do Distrito Federal - Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, que reúnem, aproximadamente, um milhão de pessoas -, ela sofre uma série de ocupações irregulares. Há quem jogue lixo lá. Quem precisa de terra vai lá e pega. Quem precisa de um pedaço de madeira arranca das árvores. Creio que seja o caso de muitos. Quem precisa de moradia ocupa a ARIE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	13

A lei reserva partes da ARIE para recreação e lazer. Há também atividades agropecuárias, quer dizer, admite a lei a permanência dos chacareiros do Núcleo Rural de Taguatinga e a educação ecológica ambiental para fazer trilhas, caminhadas etc.

Temos aí uma foto aérea do Córrego Taguatinga. Vemos uma área de drenagem.

A próxima imagem mostra uma área bastante desmatada para plantação. A mata ciliar não é nativa. Vemos que se trata de bambu. Não foi respeitada a mata original, conforme a lei determina.

Vejam outro exemplo de área da ARIE da qual se retirou terra. Isso acontece sempre. As áreas se tornam sensíveis e apresentam bastante erosão.

Administrar essa ARIE, como falei, é quase administrar uma cidade. Eu preciso lembrar que essa é só uma das unidades de que a Secretaria de Parques tem de cuidar. Essa Secretaria administra mais de sessenta parques.

A terra em questão, além disso, está dentro de uma unidade criada pelo Ibama chamada Área de Proteção do Planalto Central. Por isso também esse órgão tem competência para definir e participar da gestão da área. Além do Ibama e da Secretaria, os administradores se sentem no direito de gerir o local, porque a ARIE está nas Administrações Regionais de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

A Secretaria de Agricultura determina uso ou ocupação para chacareiros. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano pratica algo próximo ao que vale para as ARIEs. A Secretaria do Meio Ambiente interfere na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	14

ARIE. E o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - cuida dos sítios arqueológicos.

Como vocês podem ver, muitos são "donos" da ARIE, no que se refere a competência de ocupação. Entretanto, com a criação da ARIE, o único órgão que tem direito de administrar essa complexidade é a Secretaria de Parques. Nenhum administrador pode mandar ocupar uma área ou determinar a retirada do mato sem ouvir o Secretário.

Também dentro da ARIE localiza-se o Parque Boca da Mata, chamado assim de forma errônea, porque ele não tem condições de ser um parque como a gente *imagina*, com passeios, churrasqueiras e campo de futebol. Todas essas coisas etc não pode ter, porque essas bolinhas, essas verruguinhas do terreno têm a função de abastecer os córregos. Então, elas não podem ser ocupadas de maneira alguma. Há muito tempo, existia uma favela chamada Boca da Mata, cuja remoção fez surgir Samambaia. Ela é imprópria para ocupação, por ser uma área sensível. Por exemplo, se for construído um poço perto de uma fossa, o poço será contaminado pela fossa imediatamente. As pessoas beberão literalmente suas fezes. A nosso ver, ela deve ser transformada não no Parque Boca da Mata, mas numa estação ecológica ou numa unidade mais protegida. Não deve acontecer nada, Ela deve, simplesmente, ser cercada, porque ela é uma verdadeira esponja que abastece o Córrego Taguatinga e o Córrego Riacho Fundo.

Existem outras partes das áreas que mostram que a vegetação é rala na época de seca, e isso significa que o solo está quase exposto, é um solo muito sensível à erosão. Qualquer ocupação nessa área pode gerar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	15

uma grande erosão. Por exemplo, se forem construídas casas nessa área, podem desmoronar, especialmente na época de chuvas.

Aqui está o Parque Saburo Onoyama, que também é uma área de lazer, como determina a legislação.

Como disse o Prof. Ênio, esse trabalho, que é inédito, é importante porque dará apoio a quem administrar a região, porque, sem esse instrumento, é difícil controlar e definir para que serve cada área. A construção desse trabalho, sem dúvida alguma, deve assegurar a participação da população local na implantação, como determina a lei. Não sei se alguns moradores estão aqui, mas sei que o pessoal da Prontag e de outras instituições participaram, fizeram reuniões de discussão com a equipe técnica durante a elaboração do processo.

Falaremos um pouquinho mais da lei que determina essa área. Ela é uma lei federal, não pode ser mudada. Isso quer dizer que, para fazermos qualquer coisa na ARIE diferente do que determina a lei, ou acabamos com a ARIE ou mudamos essa lei federal. Então, a lei federal não é a Câmara Legislativa que muda, e, sim, a Câmara dos Deputados. Os Deputados daqui não têm competência para mudar alguma coisa relativa ao objetivo da ARIE. Eles têm competência apenas para acabar com a ARIE, porque ela foi criada por meio de uma lei daqui.

Essa unidade é chamada de uso sustentável. O que é uso sustentável? É uma ocupação que permite atividade humana, qualquer que seja, desde que se preserve o meio ambiente. Os estudos levantados verificaram que existem algumas chácaras do Núcleo Rural Taguatinga que preservam o meio ambiente, e outras não. Existem outras ocupações que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	16

não preservam. Ela tem o objetivo de manter a natureza e regular o uso que pode ser admitido nessa área.

Esse estudo demorou mais de um ano para ser feito, envolveu vários técnicos e contou com a supervisão, muito competente, dos órgãos do Ibama, da Secretaria de Parques e da Semarh. Falarei das etapas que foram feitas. Primeiro, conhecemos a área, que chamamos de caracterização. Ao conhecer, fizemos o chamado diagnóstico: estudamos o solo, a vegetação, o subsolo, os rios, a água subterrânea, as nascentes, as ocupações regulares e irregulares que estão lá. Estudamos toda a área e fizemos um diagnóstico, que nos ajudará a fazer propostas de ocupação. Avaliamos também o impacto ambiental da implantação da rodovia que cruzará a ARIE, que já era prevista no Plano Diretor de Ceilândia e de Samambaia.

As principais conclusões desse trabalho são, primeiro, que é necessário fazer uma revisão da poligonal da unidade. A lei hoje criou uma determinada poligonal, ou seja, uma linha que delimita a área, e essa poligonal causou vários problemas de conflitos com outras áreas também criadas oficialmente.

Também é preciso criar um conselho gestor para apoiar a administração da Secretaria de Parques e cuidar de todos os aspectos da área. A comunidade também participará desse conselho. Para se manterem os objetivos da ARIE, é importante se reverem os planos diretores locais. Por exemplo, em Ceilândia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano criou uma área chamada Centro Metropolitano, que está em azul no mapa. Essa área foi destinada para abrigar grandes edifícios, ser um centro de negócios, com grandes escritórios e comércio variado, como a área central de Ceilândia ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	17

de Taguatinga. Só que, ao estudar a natureza do lugar, percebemos que não é possível implantar esse centro, porque essa área tem muitas nascentes e qualquer edifício que for construído lá ou terá problemas com inundação da garagem ou correrá o risco de afundar, como está acontecendo com a área de desenvolvimento econômico criada pelo Governo em Ceilândia. Até hoje os microempresários que ocuparam a área reclamam porque aquela área é muito encharcada, o que quer dizer que há muitas nascentes nela, não é possível ocupá-la. Mesmo que alguém desejasse ocupá-la, a ocupação sairia muito cara e prejudicaria o meio ambiente. Então, é importante se rever o plano diretor.

É possível manter as atividades rurais arrendadas pelo Poder Público. É possível manter o Núcleo Rural Taguatinga desde que as ocupações sejam regularizadas. Ficou vencido o contrato de concessão de muitas ocupações, e é preciso rever e adequar a ocupação da área.

Outra conclusão é que a área tem muitas regiões bem preservadas e muitas regiões bem destruídas. Então, é preciso proteger o que está preservado e corrigir o que está destruído.

Durante a execução dos trabalhos, passamos alguns questionários à população. Certamente não distribuimos questionários a toda a população, mas fizemos uma amostragem estatisticamente significativa. A comunidade foi consultada sobre o que queriam fazer com a área, e os resultados foram os seguintes: das razões pelas quais a área deveria ser preservada, constatamos que a maioria entende que deveria funcionar como área verde e que deveria ser um parque.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	18

Como o Prof. Ênio falou, não é possível, em função da lei, ser um parque, pois só algumas áreas podem ser parques.

Das ações governamentais mais relevantes que deveriam ser adotadas para a proteção da ARIE, os entrevistados destacam a contenção das invasões com fiscalização intensa, o apoio ao projeto de educação ambiental e a despoluição dos mananciais e nascentes, nessa ordem.

A população em geral respondeu que deveriam ser contidas as invasões e protegidas as nascentes.

Ao serem perguntados sobre qual principal atividade que a área deve abrigar, a maioria expressiva, 73%, entende que a área deve ter como finalidade a preservação ambiental com o uso da população, o que denota o interesse pelo lazer urbano. Esse é um outro problema, A maioria dos entrevistados entende que a área deve ser preservada, mas imagina que deve ser usada como lazer. Não há ainda um entendimento da sociedade sobre os objetivos dessa área. Obviamente a culpa não é da sociedade. Talvez a culpa seja de quem, ao criar a ARIE, não explicou as razões.

Os principais problemas ambientais identificados pelos entrevistados são, em ordem: o desmatamento, a poluição das nascentes e o lançamento de lixo.

Isso foi o que os entrevistados responderam.

Os problemas sociais mais relevantes identificados são, na ordem: as invasões e os parcelamentos irregulares, a falta de educação ambiental e a retirada dos produtores rurais de suas glebas arrendadas. Os entrevistados identificam que o Parque Boca da Mata deve integrar a poligonal da ARIE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	19

Na verdade, hoje, esse Parque Boca da Mata não está dentro da ARIE, mas querem que fique dentro.

Se por um lado a população deseja que a área tenha usufruto da população, a maioria identifica que a principal vocação da ARIE é para reserva ecológica, entendida no sentido leigo e não no sentido específico previsto em lei.

Outra vocação importante identificada é a prática do ecoturismo e a instalação de um centro de pesquisas agrícolas e ambientais.

Dessa conclusão, o que verificamos é que essa ARIE, com esse tamanho, envolve uma população de um milhão de habitantes. Daqui a cinco anos pode chegar a um milhão e quinhentos mil e daqui a dez anos, a dois milhões e pouco. Talvez essa seja a única reserva de natureza que essas três cidades terão. Até hoje as pessoas mais humildes entendem a função dessa área como um atributo para manter a qualidade de toda essa área urbana que a envolve.

Os entrevistados apontam que as obras que deveriam ser realizadas prioritariamente são: a recuperação das áreas degradadas, a despoluição dos mananciais e o cercamento da área.

Há alguém que até pensa que a ARIE precisa ser cercada, e alguma legislação até permite o cercamento da área para proteção.

Depois desse estudo todo, fizemos uma proposta de zoneamento. O chamado plano de zoneamento, como o Prof. Ênio falou, é pegar um mapa e falar assim: nessa determinada região pode tal coisa e não pode tal coisa. Isso é zonear a área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	20

Bom, a primeira conclusão de zoneamento, a diretriz para o planejamento, é transformar a área em zona rural. Todos acham que já é área rural remanescente no PDOT, mas a área rural remanescente está sobre uma área urbana, o que permitiria, também pela legislação urbana, a ocupação como área urbana. Nossa proposta é que, nessa revisão do PDOT, a ARIE se transforme em área rural.

A segunda conclusão é proibir novos parcelamentos - já estão acontecendo - para fins urbanos e atividades de emprego, área de desenvolvimento econômico etc.

A outra conclusão importante desse trabalho é redefinir a poligonal e abraçar o Parque Gatumé, criado pela Câmara Legislativa, o Boca da Mata e o Córrego Cortado, que estão fora da ARIE. Imaginamos que a poligonal deveria abraçar essas três áreas.

Transformar o Parque Boca da Mata em uma área mais protegida e incluir como patrimônio arqueológico relevante. Se for descoberto como patrimônio arqueológico, a legislação permite o cercamento. Por exemplo, se alguém morou lá há mais de mil anos e forem encontrados pedaços de armas e flechas para caça, vasos para comer e guardar alimentos, é possível cercar a área, retirar os objetos e depois retomar a área. É feito o chamado "salvamento arqueológico".

Outro princípio é que a ARIE não pode ser reduzida. Se o Legislativo admitir a retirada de partes da ARIE para regularizar alguma ocupação, tem que haver uma compensação. O que não pode acontecer, pela lei, é a redução da ARIE. Ela pode ser ampliada, mas nunca reduzida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	21

Agora, se houver uma retirada de pedaço da ARE para regularização de uma questão, ela precisa ser compensada.

Para definir o zoneamento, criamos algumas regras. Primeiro, definir coisas físicas presentes. Se houver uma estrada, a zona vai até a estrada; se houver uma linha de alta tensão, a zona irá até a linha de alta tensão. São limites físicos e geográficos bem definidos. Segundo, o zoneamento propõe áreas de mais sensibilidade ambiental e áreas de menos sensibilidade ambiental. Áreas mais sensíveis têm um tipo de zona; áreas menos sensíveis, outro tipo. Foram criadas, então, três zonas e um corredor. Pela legislação, isso precisa ser identificado. Temos, então, uma zona de conservação, ou seja, zona que admite alguma ocupação desde que se proteja o meio ambiente; uma zona de preservação que não pode admitir nenhum tipo de ocupação por ser muito sensível - a legislação não permite a ocupação por uma série de aspectos e o que estiver destruído deve ser recuperado -; e uma zona de amortecimento, ou seja, uma área em volta que deve ser monitorada e fiscalizada para que não se polua essa região. Por exemplo, se houver algum posto de gasolina próximo à área, deve ser bem monitorado, pois pode haver vazamento de gasolina para córregos e gerar problemas ambientais.

Basicamente, está aí o zoneamento. A cor verde mais claro representa a chamada zona de preservação. Dentro dela tem um verde mais escuro, que são áreas mais sensíveis, onde há matas ciliares etc. Essa é uma zona de conservação. O que é verdinho é zona de conservação e, dentro dela, há áreas sensíveis, em verde escuro, que são as matas, os solos úmidos, as nascentes etc.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	22

O lado rosa da área é uma zona de preservação, é uma área tão sensível que não pode ser ocupada, recomenda-se a não-ocupação. A gente verifica que aqui estão os assentamentos Pôr-do-Sol e Sol Nascente. Sobre essa área, que está demarcada claramente aqui, no trabalho, dizemos o seguinte: do jeito que está a legislação, em princípio, não é possível manter ninguém na área. Agora, mesmo que se admita isso, que chegue aqui o Governador e fale "Vamos manter todos na área", será preciso fazer um novo estudo, porque essa região é muito sensível à erosão. Então, pode acontecer que, numa época de chuva intensa, algumas ocupações desabem morro abaixo e morram pessoas. Isso é contra as regras da boa técnica. Além disso, creio que o Governador não vai querer ver ninguém morrer por sua determinação.

Aqui é o Parque Gatumé, que propomos que seja incluído na área. Essa região aqui é o chamado Centro Metropolitano, no qual propomos que seja criado um parque com ciclovia, churrasqueira, passeios, para a população de Ceilândia. Essa região é a ADE de Ceilândia, que foi criada recentemente. Foi sobre essa área que eu falei com os senhores explicando que lá está havendo problemas por causa do solo úmido. Propomos que os lotes vazios não sejam ocupados, mesmo porque os moradores terão prejuízos,

Essas áreas em marrom propomos que sejam constantemente fiscalizadas. E por quê? Vou dar um exemplo: aqui é o Setor Industrial de Taguatinga. Nele, há marmorarias e uma série de outras atividades que podem poluir a nascente do Córrego Cortado. Então, elas têm de ser fiscalizadas sempre, conforme determina a legislação ambiental. Isso não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	23

quer dizer que elas precisam ser desativadas, mas elas têm de se adaptar e criar controle de afluentes e controle dos esgotos para que não poluam o meio ambiente. Aqui temos o Hospital Anchieta e o Hospital Taguatinga, que também precisam de uma fiscalização constante. Aqui há algumas áreas, como essa do Parque Três Meninas, essa da Chácara 28, perto do Setor de Mansões de Taguatinga, e aqui temos o Pôr-do-Sol e o Sol Nascente.

Se for admitida a ocupação dessas áreas, o seu perímetro tem de sair da ARIE e a ARIE tem de expandir para outro lugar. E, mesmo assim, tanto na Chácara 28, quanto nessas regiões, é necessário um estudo mais minucioso para não acontecer um acidente com as pessoas que lá vão morar, porque as casas podem cair, ou mesmo as fossas que serão utilizadas podem contaminar a água que vocês vão beber, porque são áreas muito sensíveis. Certamente, esse estudo vai apontar que algumas casas, caso se determine a fixação, podem ficar e outras terão de ser remanejadas. Vamos verificar isso quando visitarmos a área. É isso, vou parar por aqui. Muito obrigado aos senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Concedo a palavra ao Prof. Ênio Dutra Fernandes da Silva, para que ele possa fazer suas considerações, representando o Poder Executivo.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Se V.Exa. me permitir, Deputado Brunelli, seguindo as minhas palavras, quero registrar e agradecer as presenças: do Sr. Leonardo, da Semarh; do Sr. Eliel, também da Semarh; do Sr. Raimundo; do Sr. Paulo do DER, e do Sr. Napoleão, pois são pessoas que fizeram parte de uma equipe que acompanhou a realização desse estudo. A empresa foi contratada, mas, com todo respeito, não tinha

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	24

essa vivência, essa experiência. Então, essa equipe do Poder Executivo atuou. Inclusive, tivemos um representante do Ibama, não só o Sr. Manoel, mas também o Sr. Lídio, cuja presença faço questão de registrar. Essa equipe teve um trabalho importantíssimo no acompanhamento desse estudo.

Este é o estudo, que foi muito bem apresentado pela equipe da MCA, especialmente pelo Sr. Otto. Temos de procurar cumpri-lo e atendê-lo com a maior eficiência possível. É por isso, como todos viram, que a comunidade precisa nos ajudar. Por quê? Porque, senão, os prejudicados serão vocês. Estou vendo ali meus queridos amigos: a D. Francisca; meu querido colega, professor da Secretaria, que é um dos interessados; e todos vocês que estão presentes. Peço a todos que nos ajudem, pois, como o Sr. Otto observou, temos de ter cuidado na ocupação dessa área - pois é uma área sensível - sob pena de, no futuro, prejudicarmos o que é mais importante, que é a qualidade de vida. Então, é por isso que vocês têm de nos ajudar.

São essas as minhas considerações.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Eu gostaria de registrar as presenças da Prefeita comunitária do Condomínio Pôr-do-Sol, Sra. Francisca Ambrósio; da Presidente da Prosam, Sra. Samara Alves Guimarães; do Sr. Carlos Martins Rezende, da Associação dos Moradores do Núcleo Rural, Chácara 28B; do Vice-Presidente da Prefeitura do Condomínio Pôr-do-Sol, Sr. Cristiano Sena; do representante da Chácara 28, Sr. Antônio Lélío; do representante da Chácara 29, Sr. Edson Nogueira; do representante da Chácara 100, Sr. Enoque; do representante do Condomínio Vida Abundante, Sr. Ebenézer Braga; do representante do Condomínio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	25

Residencial Renascer, Chácara 41, Sr. Fábio Alves Ribeiro; da representante do Residencial Copacabana, Sra. Wilsa Ferreira; do síndico do Residencial Veredas, Sr. Gregório Agostinho; do Diretor e proprietário do Instituto Educacional Ave Branca, Sr. Paulino Alves Nascimento; da síndica do Residencial JK, Sra. Nerieide; do representante da Chácara 112B, Sr. Clailton Lúcio; da subsíndica da Chácara 104A, Sra. Carmina Garcia; da Sra. Leni Gomes, do Condomínio Residencial Chácara 1.

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Araújo, do Ibama.

SR. MANOEL ARAÚJO - Sou do Ibama e estou aqui também representando o nosso colega Lídio, que participou, nesses dois anos, do acompanhamento e da elaboração do plano de manejo da ARiE Parque JK.

O Ibama se inseriu nesse processo de acompanhamento de estudo ambiental da ARIE Parque Juscelino Kubitschek em virtude da criação da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, em 10 de janeiro de 2002, sobre a qual passou a ter responsabilidade, principalmente, em relação ao licenciamento ambiental dos empreendimentos inseridos nessa unidade de conservação. Então, o Ibama é responsável pelo licenciamento de tudo o que ocorre na ARIE, ouvido o gestor da ARIE, que é a Secretaria de Parques e Unidades de Conservação.

Durante esse processo - conhecedor há cinco ou seis anos dessa unidade de conservação -, verificamos que há vários conflitos. Muito se fala, recentemente, em preservar o meio ambiente. Esse é o discurso que ouvimos diariamente. Gostaríamos também que o discurso se transformasse em prática. Temos de pensar no que cada um de nós está fazendo para preservar o meio ambiente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	26

O Ibama é visto, muitas vezes, como órgão fiscalizador, aquele que impede o desenvolvimento, o crescimento. No entanto, é bom ressaltar que o Ibama, conforme a legislação ambiental federal, é responsável pelo cumprimento dessa legislação. Se ele não zelar pelo cumprimento dessa legislação, será responsabilizado por omissão. Constantemente o Ministério Público Federal e o do Distrito Federal estão acompanhando as nossas ações.

Aqui estamos discutindo a questão do patrimônio fundiário, que é de responsabilidade da Terracap, e a do patrimônio ambiental, de responsabilidade do Ibama, da Secretaria de Parques e da Secretaria de Meio Ambiente.

A Constituição Federal, em seu art. 225, e a Lei Orgânica do Distrito Federal delegam responsabilidade. Dispõe o texto que compete ao Poder Público e à coletividade a responsabilidade pela preservação ambiental. O Prof. Otto disse em sua palestra, ao citar o Salmo, que isso é "para as presentes e futuras gerações". O que está na Constituição Federal, no art. 225, não compete apenas ao Poder Público, mas também à coletividade, a nós, cidadãos.

Na ARIE JK, esse plano de manejo - após nove anos, estamos em sua fase final - foi iniciado no processo de licenciamento ambiental da via de ligação Samambaia-Ceilândia. Foi uma das condicionantes exigidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para dar continuidade a esse licenciamento ambiental.

Lembro que, se não houvesse a ARIE, se existisse apenas a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, todo empreendimento,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	27

inclusive parcelamentos de solo, deveria ser submetido ao licenciamento ambiental, ter estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente. Nas ARIEs devem ser solucionados os problemas fundiários e ambientais, principalmente em relação a abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, energia elétrica, sistema viário e destinação do lixo.

Com relação à APA, também temos de observar a declividade - não pode haver ocupação nenhuma acima de dez por cento de declividade, ou seja, o solo não pode ter inclinação acima de dez por cento - e também a caracterização do seu solo. Além disso, deve ser observada também a Lei nº 4.771, de 1965, o Código Florestal, em que se determinam os cursos de águas e as nascentes como de preservação ambiental, entre outras áreas que são determinadas como "APP".

O Ibama está fazendo isso em conjunto com a Comparques e a Semarh. A redução de qualquer unidade de conservação deverá ser feita mediante legislação, desde que, justificadamente, por documento técnico, tenham sido esclarecidos todas as dúvidas e problemas existentes. Não deve ser discutida somente a questão de ordenamento urbano, mas também a questão ambiental, afinal, estamos em uma unidade de conservação denominada ARIE.

Para reflexão, eu gostaria que nós pensássemos, levando em consideração a consulta pública realizada na Católica, no dia 16, que Distrito Federal temos hoje e que Distrito Federal nós queremos.

Boa-tarde. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Concedo a palavra ao Analista Processual da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Distrito Federal, representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Sr. Anthony Brandão.

SR. ANTHONY BRANDÃO - Boa-tarde a todos.

Eu gostaria de lembrar que a Promotoria ainda não teve acesso aos estudos finais. Tivemos acesso à audiência pública, onde foi apresentado esse mesmo trabalho. Foi uma proposta de plano de manejo e de zoneamento. Fizemos um ofício conforme havíamos combinado na audiência pública, só que ainda não recebemos o estudo para que pudéssemos fazer as nossas considerações técnicas.

Hoje falaremos um pouco do papel do Ministério Público no que tange a essa área. Não entrarei no que já foi dito pelos colegas, pelos profissionais sentados à Mesa. Eu gostaria também de fazer algumas reflexões em relação aos problemas ambientais, que não são problemas dos papagaios, não problemas dos cavalos, não são problemas dos bichinhos. São problemas nossos. Quando falamos de meio ambiente, estamos falando, primeiro, em garantir o abastecimento de água de qualidade. Como bem lembrou aqui o Otto, se não tivermos cuidado, beberemos as nossas fezes, se é que teremos água para beber. Além disso, as doenças, as áreas de segurança sanitária.

Começo explicando aos senhores qual o papel do Ministério Público e desses órgãos aqui presentes: o Ibama, a Secretaria de Fiscalização, a Secretaria de Parques. O nosso papel é cumprir a lei. Essa lei existe não é porque ela é bonita. Não é porque todos nós somos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	29

iluminados, embora as pessoas que trabalham nesta Casa Legislativa e na Casa Federal são pessoas que, acredito eu, tenham o compromisso com a produção dessas normas. O cumprimento da lei é necessário porque encerra um valor, uma necessidade.

O Ministério Público procura cumprir a execução dessas leis para evitar que catástrofes ocorram. Portanto, o nosso papel é a defesa do meio ambiente, o combate à grilagem, o combate à corrupção. Estamos enfrentando um problema muito sério de grilagem e corrupção no que diz respeito às terras públicas do Distrito Federal. Isso não é novidade. Estamos, inclusive, investigando pessoas que ocupam essas áreas, que são servidores públicos, inclusive, dos quadros de fiscalização. Sabemos de todos esses problemas e estamos investigando. Mas temos todas as limitações de qualquer órgão de fiscalização. Temos pouco pessoal e poucos equipamentos, mas trabalhamos diuturnamente para fazer com que essa norma seja cumprida e com que essa comunidade, desde a mais abastada à menos abastada tenham o mesmo tratamento. O mesmo tratamento que dispensamos à comunidade do Pôr-do-Sol dispensamos à comunidade do Lago Sul. Como sempre é jogado na cara do Ministério Público, vamos dizer assim: quando o Lago Sul pega terra pública é ocupação irregular; quando o pobre pega terra pública é invasão. (Palmas.)

Agora os senhores me aplaudem, mas daqui a pouco me jogarão pedra porque, infelizmente, temos de dar tratamento igualitário tanto às ocupações irregulares do Lago Sul quanto às invasões do P Sul. Procuramos regularizar a política habitacional junto ao Governo do Distrito Federal para fazer com que ela chegue como direito aos senhores da maneira correta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	30

Infelizmente não podemos permitir, como disse aqui o Otto, que haja a ocupação de áreas de nascente. Embora haja a possibilidade de uma permuta jurídica administrativa, a nascente não permutará. No caso da Boca da Mata, foi dada uma solução. A Boca da Mata era uma conhecida favela que foi tirada com a criação da cidade de Samambaia. Se não fosse a preservação da Boca da Mata, não teríamos água. Posso prometer a terra aos senhores, mas o que adianta a terra sem a água? O que adianta a terra sem uma área de abastecimento, sem uma área rural para abastecer o alimento que os senhores consomem?

O papel do Ministério Público e dos órgãos aqui presentes não é fácil porque sempre somos os vilões. Ficamos com a parte suja, a parte difícil, a boa notícia e a má notícia, porque temos a obrigação de preservar o meio ambiente em função de uma estratégia de abastecimento de água, uma estratégia de abastecimento alimentar, porque temos de garantir também o homem no campo. Este é um dos papéis do Ministério Público: o ordenamento territorial.

Falo aqui em nome dos técnicos e dos promotores do Ministério Público que trabalham com o meio ambiente e com a defesa da ordem urbanística. O nosso trabalho aqui é tentar fazer com que o direito à habitação não se choque com o direito à qualidade de vida, à própria sobrevivência, porque não adianta habitação sem água; não adianta habitação ao lado da violência, ao lado da droga. Todos querem morar perto de um parque, perto do verde. Ninguém quer morar perto do lixo, do esgoto ou em cima de nascente, em cima de brejo, com doenças como leishmaniose, como hantavirose. A nossa tarefa não é fácil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	31

Os nossos comentários em relação ao plano apresentado. Mais uma vez, eu gostaria de frisar que o Ministério Público espera que esse documento chegue para que possamos fazer a nossa avaliação o mais rápido possível, para que possamos fazer as nossas contribuições a fim de que esse território seja ocupado da forma devida.

Mas, de antemão, já adianto algumas informações para os senhores. Com relação ao histórico da ARIE JK, inicialmente essa área foi criada por Juscelino Kubitschek como área rural, uma área destinada a promover o abastecimento alimentar de regiões que iam sendo construídas: Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Hoje, ela está dentro do maior enclave urbano, como bem disse o Prof. Otto, que é Taguatinga, Ceilândia e Samambaia - mais ou menos 50% da população do Distrito Federal.

Além disso, temos, ainda, um agravante: a água que vem do Córrego Taguatinga, do Córrego Cortado, e vai para o Córrego Melchior e deságua no Descoberto vai para o Corumbá.

Hoje, pelo Plano Diretor de Águas, Corumbá é aventada como uma das possibilidades de abastecimento do Distrito Federal. Agora, senhores, não há como preservar a água - faço aqui uma pequena reflexão, já que todos citaram um pouco a Bíblia. Eu ouvi essa história de um pastor. Não sei se ele se baseou na Bíblia. A história conta que havia muitos homens poderosos, que lucravam com a guerra, com a confusão. Esses homens poderosos, um belo dia, fizeram mais uma guerra e lucraram muito com ela. Mas só os inocentes morreram nessa guerra: as crianças e os velhos. E um santo que passava por esse país ficou muito revoltado com Deus e perguntou-lhe por que só os inocentes haviam morrido e não os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	32

homens que a fizeram. Deus falou o seguinte: você está revoltado comigo, então vamos fazer um passeio. Passaram três dias e três noites no deserto e, no quarto dia, ficou de dar uma resposta. E assim foi feito. No quarto dia, o santo, já cansado, viu um oásis e sentou nele. Só que ele teve o azar de não perceber que estava sentando em um formigueiro. Sentou-se no formigueiro, levantou, e uma formiga lhe ferrou bem na região glútea. Naquele momento, o santo pisou em todo o formigueiro. A pergunta feita por Deus, depois, foi a seguinte: por que você pisa o formigueiro inteiro, se apenas uma formiga o picou?

A questão do meio ambiente, senhores, é justamente essa. O meio ambiente, quando há falta de água, ele não quer saber se a responsabilidade foi do Ministério Público, da Câmara Legislativa, do Ibama ou dos senhores. O meio ambiente, nesse ponto, é bem democrático. E o mal não tem sinal. A lição que tiro dessa história é a seguinte: se não nos dermos ao trabalho de perceber que temos de garantir os nossos direitos em compatibilidade com a defesa ambiental, o mal que há de vir da má ocupação, da destruição das nascentes e das áreas brejosas, será enorme. Muitas doenças virão da má ocupação do meio ambiente, do lixo, do esgoto e do desmatamento. Isso vai ser cobrado de todos, em qualquer nível. Os mais poderosos podem escapar, mas, mesmo assim, aqui em Brasília, se não começarmos a garantir as áreas de recarga da água - e essa área drena para a bacia do Corumbá, que pretende abastecer, entre essas regiões, as regiões ocupadas hoje pelos senhores -, não adianta rezarmos. Deus é infinito na sua misericórdia, mas tem, também, justiça na avaliação, creio eu -, e tem mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	33

Nesse ponto, senhores, é preciso deixar bem claro que o nosso papel aqui é mencionar o seguinte: há possibilidade de garantir o direito de moradia? Desde que ele não inviabilize o direito de moradia de pessoas que já estão ali e desde que as pessoas não venham a dar um tiro no próprio pé ou na cabeça: solicitar a moradia em uma área que depois prejudicará a própria saúde e colocará a segurança de toda a cidade em risco.

Portanto, se temos de fazer uma negociação aqui sobre esse plano, e discutir a proposta, deve o tema ser submetido a um conselho. O Ministério Público, pelo menos na parte técnica - precisa avaliar o assunto para dar a última palavra em relação a esse plano, a fim de que ele possa ser aplicado com coerência.

Se tirarmos uma parte da ARIE, não poderemos compensá-la com outra. Não se compensa a nascente; a nascente não vai mudar; não se compensa a área de drenagem, ela não vai mudar; não se compensa sítio arqueológico; não se compensam um milhão de anos de história. Portanto, temos de ponderar tudo e verificar que, se for necessária a saída, essa será uma questão que o Ministério Público tratará sem hipocrisia, porque iremos responder pelos nossos atos.

Então, vamos negociar outra ARIE, já que foi possível tirar a favela Boca da Mata para uma região como Samambaia. Se for o caso de fazermos a remoção do Pôr-do-Sol, senhores, isso será discutido politicamente. Jurídica e tecnicamente, é como diz aqui a história: a nascente é a nascente, e o prejuízo, infelizmente, não vai querer saber de "exceções".

Volto a frisar aos senhores o seguinte: essa área originalmente é rural. Nos planos de ordenamento territorial do Distrito Federal, essa área



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	34

vem sendo tratada como área rural. A ARIE JK foi criada pelos agricultores, para proteger o Núcleo Rural. A questão ambiental veio a se inserir porque, à medida que o Núcleo Rural foi diminuindo com a expansão de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, foi sendo percebida a perda de nascentes, a perda de vegetação, a perda de vida, a perda de fauna e flora.

Bem, nesse ponto, já não estou muito preocupado com fauna e flora. Eu estou preocupado com a água. A prioridade do Ministério Público hoje é a recuperação de áreas de nascentes, das áreas brejosas, das veredas, dos córregos, porque estamos preocupados com o abastecimento de água desta cidade. Não se trata de ficção: várias cidades hoje já sofrem com o racionamento de água. É o caso de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, o próprio Itapuã, que também se localiza em uma área de proteção de manancial. Não adianta. Não posso fazer a dança da chuva para que chova no Itapuã; não sei de onde virá essa água e, se vier, nada sei da qualidade dessa água e qual será o custo dela. Tudo isso está sendo avaliado.

Hoje, o que espera o Ministério Público - vou encerrar minhas palavras - é o cumprimento da legislação e dos valores que ela encerra. Estamos fazendo um trabalho árduo, com a própria Procuradoria do DF, procurando combater a grilagem, a corrupção - não é fácil combater interesses fortes, poderosos. Sabemos que, se não é fácil para nós, muito menos o será para os senhores, que estão em uma situação muito mais complicada. Mas estamos fazendo o máximo.

No que se refere ao plano de manejo e zoneamento, o objeto desta reunião, o Ministério Público não vai fazer uma manifestação técnica agora, porque não tivemos acesso a esses documentos. Os documentos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	35

acredito eu, estão sendo disponibilizados. Vamos fazer uma avaliação técnica, uma avaliação jurídica e, enfim, encaminhar essas propostas à Comparques, que é o órgão gestor. Esperamos também a criação do Conselho Gestor, para que essa unidade passe a ser gerida.

Lembro a todos que essa unidade tem dois objetivos básicos, objetivos públicos, originais: proteger uma área de produção rural, com as características previstas na Lei nº 1.002, de 1996, desde o lazer ecológico até a preservação ambiental, passando pela área rural. A rigor, não se admitiria nem o... O Prof. Otto mencionou aqui a área de Ceilândia. O Ministério Público tem uma ação civil pública contra a área de Ceilândia.

O Ministério Público também não é contra o desenvolvimento. Encontramo-nos em uma situação muito parecida com a do Ibama. A questão é como, quando, onde é por exemplo. Não adianta criar um comércio sobre uma área que vai afundar. Pode-se até pensar na possibilidade de drenar a nascente. Muito bem. Matemos a nascente, então. Façamos essa opção e esperemos o resultado que aconteceu com o santo. Quando a falta de água vier, ela não vai perguntar quem foi mais ou menos consciente, quem era ambientalista, quem era católico, evangélico, quem era do Ministério Público ou da comunidade. Ela vai simplesmente manifestar o prejuízo: a perda de uma nascente.

Senhores, deixo bem claro o seguinte: se os senhores estão lutando pelo direito de moradia, procurem lutar da maneira correta. O Ministério Público, por exemplo, nunca recebeu uma representação, um movimento social, na Promotoria, cobrando uma política habitacional mais decente. O que está acontecendo com os cadastros do GDF? O que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	36

acontece com a Terracap? Quais são as opções? Por que enfrentamos tantos problemas? Todos esses órgãos estão bem intencionados; as pessoas estão lutando, fazendo das tripas coração, enfrentando situações difíceis, inclusive ameaças de morte, tudo isso porque estamos tentando cumprir a lei, fazer com que os bens públicos cheguem aos senhores da forma mais justa.

Se temos de lutar pelo direito de habitação, não devemos lutar por isso destruindo outros direitos: a qualidade de água, a qualidade de ar, a possibilidade de se viver em um lugar decente, de não roubar a morada do outro, a possibilidade de boa produção rural. Se os senhores buscam esse direito, procurem se organizar e cobrar dos órgãos públicos - Ministério Público, Secretaria de Habitação - uma política habitacional clara.

Existem áreas que podem ser ocupadas no Distrito Federal, sim, mas não devem ser as de relevante interesse ecológico, as de proteção de mananciais, as de proteção permanente, porque não adianta termos casa e não termos água. Não adianta termos casa e vivermos em meio à violência. Não adianta vivermos em uma cidade sem qualidade de vida.

Perdoem-me a exacerbação da voz, mas já lidamos com isso há quatro ou cinco anos. Controlamos chácaras como a de nº 28 desde o início, no entanto a griagem foi mais forte, mesmo com todas as ações civis públicas, as operações de campo, as denúncias da própria comunidade. Temos uma briga difícil. Então, vocês merecem um desabafo e nós também, mas não gosto de trabalhar com a comunidade com meias palavras. Se vamos resolver o problema de manutenção do abastecimento de água, da preservação ambiental e o problema da política habitacional, temos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	37

lembrar que temos de cobrir um santo sem descobrir o outro. Trago essa questão à reflexão.

O Ministério Público ainda não fez uma avaliação técnica dos estudos, mas, de antemão, infelizmente, temos de admitir que não vamos incentivar a grilagem e não vamos permitir a destruição de nascentes. O Manoel é um colega que também trabalha nas várias fiscalizações que o Ibama faz. Ele, como responsável, está acompanhando esse trabalho e, às vezes nos encontramos nessas audiências públicas, nesses trabalhos de campo. Podemos dormir com a cabeça tranqüila, dizendo o seguinte: "Não foi por falta do nosso trabalho que essa comunidade ficou sem água". Eu, pessoalmente, não tenho muita vocação para ficar defendendo APP, mas adoro beber água.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Registro as seguintes presenças: Dr. Álvaro Sérgio, Secretário-Adjunto; Sr. Edmundo Ramos, Gerente de Operações da Comparques; Sr. Márcio Antônio, síndico da Chácara 27; Sr. José Aquiles, fiscal de controle ambiental; Sr. Neljanir Guimarães, Subsecretário da Comparques; Sra. Dulce de Fátima Oliveira, assessora técnica da Comparques; Sr. Mozart Macedo, Administrador da Comparques.

Às pessoas que estão nos assistindo em casa, ao vivo, esclareço que estamos debatendo na comissão geral de hoje a questão da Área de Relevante Interesse Ecológico do Parque JK, com as presenças do Poder Executivo, do Ministério Público e do Ibama.

Com a palavra o Sr. Cristiano Sena.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	38

SR. CRISTIANO SENA - Boa-tarde a todos. Fico satisfeito com o convite feito à comunidade da ARIE JK e com o momento que a Casa está nos proporcionando. Agradeço a oportunidade ao Deputado Brunelti, que está na luta com a gente; ao Prof. Ênio, que sempre nos trata com bastante dignidade; e ao Sr. Anthony.

Realmente somos moradores daquele local e gostaríamos de permanecer lá. Pergunto ao Sr. Otto Ribas, que fez o estudo da ARIE, o seguinte: foi afirmado que a ARIE JK é um pouco menor que a Ceilândia. Quanto dessa área está ocupado por construções?

SR. OTTO RIBAS - Não sei responder isso em percentual, mas talvez menos de 10%.

SR. CRISTIANO SENA - Menos de 10% da área?

SR. OTTO RIBAS - É possível.

SR. CRISTIANO SENA - Nos 100%, menos de 10%.

SR. OTTO RIBAS - Possivelmente. Deve haver uns 200 hectares ocupados. Isso aí estou falando por alto. Não tenho certeza.

SR. CRISTIANO SENA - Tudo bem. É o mínimo, então, que está ocupado. Chegamos a um ponto. Concordo, sim, com a preservação da ARIE. Todos vocês são fiscalizadores e nós da comunidade.

Então, há a Seduh, a Semarh, o Ministério Público, a Comparques, o Poder Legislativo, o Executivo e a comunidade, que é a mais interessada em resolver esse problema.

Então, veja bem, eu acho que o estudo foi iniciado, mas precisa ser acabado. Vamos localizar essas nascentes que tanto prezamos, pois todos dependemos da água. A solução é simples. Não digo simplória, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	39

simples. Por quê? Porque os primeiros habitantes foram dinossauros e esses já se foram. Os homens nasceram e aqui estamos nós; o mundo não acaba, quem acaba é a humanidade, isso é ponto certo. Então, devemos trabalhar e viver da melhor forma possível com as secretarias e o meio ambiente. Vamos resolver isso da melhor maneira. Qual é a melhor maneira? Vamos verificar onde há as nascentes.

Parece que onde você pisa, no Pôr-do-Sol, há nascente, e não é bem assim. Parece que em todo lugar há nascente. Sr. Anthony, eu não sei se o senhor já esteve naquela área. O Prof. Ênio já foi até lá, mas nunca tivemos a oportunidade de encontrá-lo. Então, eu o convido para que possamos mostrar a ARIE e as nascentes. Não acredito que, em um mundo de 100%, menos de 10% venha a degradar tanto o meio ambiente a ponto de acabar com todas as nascentes.

Creio que podemos viver lá, com controle ambiental, com a fiscalização de todos os órgãos e sem mais nenhum parcelamento. É claro que há um ou outro, como o Prof. Ênio sempre afirmou, que terá de sair, e isso nós entendemos. Agora, sacrificar toda uma população - temos mais de dez mil vidas lá - não faz sentido. Com vidas, não devemos brincar. Estamos fazendo um trabalho sério e vamos continuar a fazê-lo para que todos sejam contemplados. Há o interesse do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e, principalmente, dos moradores nisso, porque todos temos a necessidade de moradia. Todos nascemos aqui em Brasília, somos filhos do Distrito Federal. Então, é muito bom este momento, e vamos trabalhar juntos para tentar resolver essa questão. Acho que 9% não irão degradar tanto o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	40

meio ambiente a ponto de acabar com todas as nascentes da ARIE JK, que é linda. Estamos trabalhando para preservá-la. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Neste momento, passo a palavra ao Sr. Carlos Martins Rezende, que representa a Chácara 28B.

SR. CARLOS MARTINS REZENDE - Eu sou o Carlos Martins e represento a Chácara 28B, Núcleo Rural de Taguatinga. Cumprimento o Dr. Otto; o Sr. Anthony; o Prof. Ênio, que trabalha com a gente desde o início; o Deputado Brunelli, que é o nosso Líder Legislativo naquele local; os colegas do Ibama e os representantes dos outros órgãos que também nos representam.

Temos realmente uma situação difícil na ARIE JK e, se formos voltar ao início, ao ano 2000, quando comprei o meu lote e fui a primeira pessoa a morar na Chácara 28B, veremos que a atuação dos órgãos em relação àquela área melhorou. No início, a atuação foi um pouco omissa quanto à colocação de placas para advertir as pessoas a não comprar lotes naquela área. Eu, particularmente, como morador daquela área desde o princípio, já vi várias decisões a respeito das derrubadas, mas não houve a iniciativa desses órgãos de ir até lá, no início, piquetar, fiscalizar, de uma forma que não deixasse a gente entrar no problema.

Morei, boa parte da minha vida, de aluguel. Então, quando descobri uma oportunidade onde eu podia adquirir um lote, colocar minha família em um lugar melhor, procurei essa situação. Busquei informações dentro de órgãos do Governo para ver a possibilidade de habitar ou não naquele lugar; mas esses órgãos não nos deram posições contrárias à habitação, disseram que eram iguais às outras. Portanto, senti-me no direito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	41

e, talvez, na obrigação de dar o melhor conforto à minha família. Essa é a nossa busca, como homens, como sociedade e como pessoas, pois devemos sempre buscar o que é melhor para nós.

Não acredito que retirar todo aquele pessoal de onde estão morando vá resolver o problema. Se há um impacto ambiental, esse impacto já ocorreu e não há mais como voltar atrás! (Palmas.) Acho que o que deve ser visto é a posição das pessoas que estão mais próximas das minas, dos córregos e, aí sim, fazer o remanejamento desse pessoal, colocando-os em áreas mais distanciadas, para não prejudicar diretamente as nascentes. Na minha chácara, tenho tido essa responsabilidade. Já procurei o Prof. Ênio várias vezes, denunciando pessoas que estavam construindo em cima das nascentes e, por isso, já fui ameaçado de morte, várias vezes, por grileiros, que queriam acabar com uma área que temos dentro da chácara, parcelando toda a área. Mesmo assim, nunca me omiti em relação à situação e continuei brigando.

Já fizemos mutirões nas Chácaras 27 e 28, retirando mais de vinte caminhões de lixo! E não era lixo que a nossa comunidade colocou, não, isso foi no início; era um lixo que descia do Setor de Mansões de Taguatinga, lixo que descia de Samambaia e ia para aquele local lá! (Palmas.) Portanto, limpamos a área, fizemos o replantio de árvores nativas. Um cidadão trouxe, de uma cidade do Nordeste, mais de quinhentas mudas de coqueiros e árvores que são nativas do cerrado e plantamos no local.

Então, temos, realmente, a obrigação de preservar o meio ambiente, preservar onde queremos morar. As árvores que estavam no meu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	42

lote eu não derrubei, não degradei, continuo mantendo até hoje. Acho que é responsabilidade nossa agir dessa forma!

Agora, não podemos também, simplesmente, olhar para todo mundo e encarar da forma como aconteceu conosco no Ministério Público, quando fizemos uma visita, pois fomos tachados, naquele local, como "Fernandinho Beira-Mar", fomos colocados como bandidos, o que não somos! Estamos procurando dignidade, moradia, que é um direito nosso, e não podemos ser tratados dessa forma! Temos, sim, que ser tratados com dignidade e respeito, porque é um dos nossos direitos reservados na Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Indago se alguém da Mesa tem alguma consideração a fazer.

Concedo a palavra ao Prof. Ênio Dutra Fernandes da Silva.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Para concluir, eu gostaria de dizer que o Carlos, realmente, fez um bom trabalho, em conjunto comigo.

Agora, togo que assumimos, que delineamos que a responsabilidade era nossa sobre aquela área, fizemos uma cerca de contenção, mecanismo de contenção, e vocês nos acompanharam, justamente, para sinalizar que as pessoas deviam e devem preservar aquela área ali; a partir dali não tem como!

Agradeço a vocês e à comunidade a ajuda. Agora, precisamos ter paciência, no sentido da utilização, porque já tem gente querendo tomar iniciativa lá. Nós precisamos, para a ocupação da área, fazer um projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	43

urbanístico. E como o Anthony Brandão bem observou, precisamos nos preocupar com a qualidade da água. Precisamos ter muito cuidado com a utilização daquela área.

Eu já tenho conversado com a Terracap, que é a proprietária da terra, com a própria Dra. Maria Júlia, já conversei com a Seduh sobre o projeto urbanístico daquela área, e já conversei com o Dr. Palhares, do Ibama, para que possamos discutir com esses órgãos, mobilizá-los todos, para que possamos ter a ocupação da forma mais correta possível. O ideal seria não termos ocupação alguma, mas já que tem, vamos fazê-la da forma mais racional possível.

Sr. Deputado, permita-me agradecer a essa equipe que fez o acompanhamento do estudo; Eliel, Leonardo, Raimundo, Paulo, Napoleão, Manoel, Lídio, o Álvaro, meu secretário-adjunto, que também foi bastante responsável para que vocês tenham o melhor resultado desse estudo.

Ao concluir, quero continuar merecendo a confiança de vocês para que possamos atingir o objetivo desejado, que é a utilização daquela área com a maior racionalidade possível.

Mais uma vez, Deputado Brunelli, obrigado por esta oportunidade.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Passo a palavra à Sra. Samara Alves Guimarães, da Prosam, que gostaria de fazer suas considerações.

SRA. SAMARA ALVES GUIMARÃES - Sou Presidente da Prosam, Associação dos Produtores Rurais de Samambaia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	44

Residimos naquela área rosa do mapa, depois do Parque Três Meninas, e queremos saber se há um meio de transformar a área remanescente rural em área rural apenas. Há muitas pessoas naquele local e não estamos degradando a área. Esse não é o nosso interesse. Nosso interesse é produzir; no nosso estatuto consta que somos produtores rurais, Estamos produzindo, mas alguns fiscais vão lá e nos proíbem de produzir, falam que não podemos plantar. Nós não plantamos só frutíferas. Plantamos, também, mudas do cerrado, que pegamos lá na Chácara Três Meninas. Eu queria saber por que não podemos plantar. Estamos também trabalhando pela preservação, porque a degradação não nos interessa.

Se o projeto ainda não foi concluído, por que algumas pessoas, alguns fiscais, vão lá e derrubam algumas casas, em algumas chácaras? **Algumas** cercas estão sendo derrubadas e, segundo eles, isso é para ficar mais fácil, quando eles forem derrubar as casas.

Há também ameaças de alguns fiscais, que dizem a algumas pessoas que a próxima casa será a delas. Acho que isso não é preciso, não é correto. Algumas senhoras passam mal, como uma das pessoas da minha associação, que desmaiou e foi para o hospital, porque derrubaram a casa do vizinho e disseram que a próxima seria a dela.

São essas as perguntas que tenho a fazer.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Veja bem, quem já está mais habituado, como é o caso do Cristiano, da D. Francisca, do Carlos, sabe que não gosto desse tipo de coisa. Eu não me permito, por exemplo, tratar mal as pessoas ou faltar com a dignidade, porque toda **pessoa**, por mais irregular que esteja, merece ser respeitada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	45

Portanto, o que eu posso prometer a você, como eu não conheço a situação exata da sua área, é o seguinte: você vai me dar um telefone ou endereço de contato, marcaremos uma visita - as outras áreas já visitamos - e iremos, com a nossa equipe técnica, fazer uma análise bem objetiva, o mais breve possível, para darmos tranquilidade para você. De nossa parte, vocês terão todo o nosso respeito, pois é assim que trabalhamos. Creio que vocês ficarão satisfeitos e será retirada essa insegurança, essa revolta de vocês, pois é uma situação de fato. O que precisamos é encontrar uma solução.

Portanto, o melhor é fazermos uma visita à área, conversarmos e explicarmos a vocês tudo o que é possível acontecer, mas sem ameaças. Está combinado?

SRA. SAMARA ALVES GUIMARÃES - Está combinado, pois é disto que estamos precisando: de maiores esclarecimentos. Inclusive, não estamos construindo, pois servidores do Ibama estiveram lá e pediram que não construíssemos. Sempre nos pediram isso, desde a época da Zoobotânica, hoje extinta. Estamos naquela área há mais de dez anos.

Limitaram uma área para plantarmos, mas hoje chega lá uma pessoa e fala que não podemos plantar. A maioria das pessoas que mora naquele lugar depende da produção para viver. A maioria das pessoas que mora lá tem filhos. Como é que vão manter os seus filhos? Roubando? Não pode, não é verdade.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Faremos essa visita ao local, porque uma das recomendações que o Governador Roriz me faz sempre, inclusive é a sua maior preocupação, é com relação à preservação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	46

dos parques, pois a nossa missão principal é transformar Brasília em cidade-parque. Precisamos preservar suas áreas, mas sem criar um problema social. S.Exa. tem uma preocupação e um carinho todo especial com a dignidade das pessoas, inclusive eu também já assimilei esse carinho, principalmente pela convivência que tenho com S.Exa. há quinze anos.

Pedí, há pouco, que as pessoas também nos ajudem. É uma via de mão dupla. Portanto, um dos meus assessores irá anotar o seu contato para fazermos uma visita ao local e para darmos uma melhor resposta para **você**, pois isso só se resolve se formos até lá. Confesso que já passei por lá, mas não me lembro em detalhes daquela situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Concedo a palavra ao Sr. Márcio.

SR. MÁRCIO - Boa-tarde a todos desta Casa, ao representante do Ministério Público, aos representantes de parques, aos fiscais e ao Deputado Brunelli, que representa a sociedade que necessita de habitação aqui em Brasília. Agradeço a presença aos meus vizinhos da Chácara nº 27 e aos colegas dos outros condomínios, mas venho complementar o pedido do nosso vizinho Carlos, representante da Chácara nº 28, que falou todas as palavras que eu ia falar, mas faltou fazer um pedido para o Ministério Público considerar, junto aos fiscais, o fato de estar havendo um ato anti-social nessas chácaras, porque há crianças e pessoas idosas precisando de uma pequena infra-estrutura. Todos estão ali querendo pagar por isso. Não temos energia elétrica, não temos água, não temos nada, e estamos querendo pagar por esses serviços.



Data	Horário Início	Sessão/Réu nº	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	47

Há um projeto em minha rua de plantar, no mínimo, três árvores na frente de cada lote, para trazer o verde e arborizar aquela área, mas infelizmente encontramos dificuldade por causa da **fiscalização** que não deixa ninguém melhorar o ambiente. Só há degradação e o impacto ambiental já aconteceu. Precisamos melhorar aquela área para melhorar o futuro dos nossos filhos e vizinhos. Para que isso aconteça, pedimos a compreensão do Ministério Público junto aos outros órgãos, para que nos deixem pelo menos viver com dignidade, enquanto a área ainda não é regularizada.

Pedimos que vocês parem, pensem e se conscientizem de que os hospitais estão lotados de doentes devido à poeira naquele local, principalmente as crianças pequenas. Há ratos de quase quinze quilos andando pelas ruas porque o Ministério Público não autoriza que o caminhão desça até os condomínios para recolher o lixo. Se entrar um caminhão naquele local, ele é retido.

Portanto, eu gostaria que os senhores pensassem mais na área social, já que o senhor se preocupa tanto com a água do futuro, preocupe-se também com a saúde do povo no futuro também.

Essas são as minhas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) - Concedo a palavra ao Sr. Anthony Brandão.

SR. ANTHONY BRANDÃO - Vou responder a essa pergunta com uma história. A história é a seguinte: ali moravam **chacareiros** que foram **ameaçados**, que tiveram as suas plantações queimadas. As Chácaras 27 e 28, sinto muito em dizer isso ao Carlos e aos senhores, não ficaram omissas,

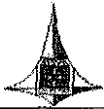


Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	48

porque as fiscalizamos desde o início. Nós as combatemos com ações contra o administrador de Taguatinga, envolvido com problemas naquela área. Essas pessoas foram expulsas e as nascentes que abastecem os chacareiros ali embaixo estão poluídas por causa dessas ocupações. Isso é grilagem de terra! Há uma ação civil pública que o Ministério Público propôs desde o início, inclusive contra uma escola que estava na laje, no solo, e ganhamos a liminar. Ela desrespeitou a ordem judicial. Ou seja, as pessoas que compraram ali a partir de 2001 e 2002 já sabiam que a área era objeto de ação judicial,

Então, sinto muito em dizer aos senhores - essa é a hora em que eu vou levar pedrada - que o Ministério Público não trabalha com hipocrisia; estamos trabalhando em defesa da ordem. Não estamos trabalhando no incentivo à grilagem, porque se cada um chegar aqui e ganhar a terra no grito, ganhar a terra sob o argumento de que foi vítima da corrupção - os chacareiros também foram vítimas da corrupção -, se formos permitir e incentivar que todas as pessoas ocupem as terras do Brasil dessa forma, vamos chegar ao caos. E aí eu não vou me preocupar com a saúde do futuro, não. Estou preocupado com a saúde do presente, porque hoje temos problemas nessas áreas do Pôr-do-Sol, que, embora não sejam todas de veredas nascentes, são áreas de recargas.

Não tenho o desenho exato dessas áreas, mas há uma ordem judicial há cinco anos, há um projeto de ocupação de território. Não podemos passar por cima de uma liminar judicial, que está sendo desrespeitada reiteradamente. Não podemos fazer uma outra vistoria naquela área e dizer aos senhores que iremos regularizá-la pura e simplesmente sem qualquer



Data	Horário início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	49

conseqüência. Se assim o fizéssemos, estaríamos incentivando aquelas pessoas, que estão como os senhores estão, que precisam de um lugar para morar, que estão vivendo de aluguel, que estão na fila dos financiamentos, que também passam por dificuldades para morar, a fazer uma coisa que não está certa.

Por isso, sugiro aos senhores: se querem lutar por uma política habitacional decente, então, faremos essa luta de forma organizada, junto ao Governo, e não comprando lotes de grileiro.

Perdoem-me a minha franqueza.

**PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI)** - Quero fazer algumas considerações finais. Respeitamos a vida, acreditamos que a vida que Deus nos tem dado é para ocupar o espaço em que acreditamos. E acreditamos em sonhos, em realizações e em leis que esta Casa propicia e que foram feitas de forma a prejudicarem no passado, mas esta Casa, desde 2003, tem resgatado uma história. Haja vista o que estamos vivendo publicamente na imprensa, porque aprendemos a dizer "não" ao erro aqui dentro e dizer "sim" àquilo que acreditamos e aos valores que trazem um crescimento a vocês população. E o preço, muitas vezes, é grande. Acreditamos que essas mudanças de legislação acontecem e vão acontecer.

Um dia não aceitavam no País que houvesse divórcio, mas agora ele é aceito. Um dia não aceitavam tantas outras coisas, mas hoje a legislação mudou para permitir um avanço na qualidade de vida das pessoas. Não tenho dúvida de que vamos conseguir fazer algo, pois vocês não tiveram culpa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	50

E eu, graças a Deus, sempre tenho ido pessoalmente a esses locais porque eu não sou grileiro, nunca incentivei loteamento e não trabalho dessa forma. O Ministério Público sabe quem grilou as terras e precisa colocar na cadeia esse grileiro. A situação é essa. Os processos estão nos porões não sei de onde. Inquéritos não têm conclusão, não sei por quê.

Enquanto nós que estamos na vida pública trabalhamos e lutamos, muitas pessoas inventam coisas, colocam nosso nome no jornal. Criam situação para eu não defender vocês, mas vamos continuar defendendo. Daqueles inquéritos que necessitam do avanço na Justiça não sei. Está tudo engavetado. É preciso desengavetá-los.

Queremos, Anthony, que você leve o nosso abraço ao Marteriano.

Hoje temos um fato social: as pessoas estarem ali. Com isso, não queremos diminuir nem aumentar o problema. Buscamos uma situação regular que o Prof. Ênio tenha capacidade, junto ao Executivo, de executar. (Palmas.)

Vamos pedir carinhosamente ao pessoal do Ibama...

A luta política é algo interessante, gente. São normas de valores. As pessoas querem se eleger, muitas vezes, sem trabalho: coisa fácil, acesso fácil. E quando precisamos de uma licença ambiental, descobrimos que ~~ela~~ está "rolando" há tanto tempo. Esta semana, descobrimos, com a nossa assessoria, que o processo entrou na CEB e foi para a Semarh. Está lá travado. Colocar luz, energia e água, porque pessoas precisam de dignidade para viver ali. Pessoas como o Omar, o Cristiano, e tantas outras que ali estão. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	51

Com isso, eu não quero incentivar uma situação. Sabemos que há áreas de preservação ambiental que têm de ser mantidas. Não queremos que as pessoas entulhem as nascentes. O Prof. Ênio, muitas vezes, tem me ouvido falar que está havendo parcelamento. Eu, como legislador, como representante do povo, não posso ver um trator derrubar a casa de uma pessoa que mora ali há três anos. (Palmas.)

Em 2002, eu não estava aqui. Não participei desse processo da eleição. Às claras, viam-se plaquinhas de vendem-se lotes, vende-se não-sei-o-quê, faz-se não-sei-o-quê.

Muitos conseguiram votos para dar continuidade a essa situação. Pessoas que por muito tempo usaram a máquina pública e, com liminar na Justiça, fizeram campanha. Nós não. Nossa campanha não foi naquele lugar. Não fui pedir um voto naquele lugar. (Palmas.) Originalmente, quem me colocou aqui foi o segmento evangélico.

Ninguém teve coragem, em janeiro de 2003, quando estavam derrubando lotes lá. Eu não fui entregar título de regularização para ninguém. (Palmas.) Eu não fiz festas. O Brunelli teve de aprender além de Bíblia e de legislação de que já entendia. Fiquei na Comissão de Representação e tive de aprender sobre PDOT, PDL. Tive de correr para o Hollywood quando estavam derrubando casas lá.

Essas situações o Ministério Público tem de passá-las a limpo, coisa que, até agora, não vimos. Anthony, sabemos que não depende só da sua promotoria, mas precisamos transmitir á cidade aquilo em que acreditamos. Eu acredito em soluções.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	52

O Governo Federal não libera porque o Governo daqui não o apoia como na campanha de 2002. O que o povo tem a ver com isso? (Palmas.) O que o povo tem a ver com isso?

O Presidente é do PT e está no Poder. O nosso Governador é do PMDB. O PT fazia oposição ao Governo Fernando Henrique, mas, hoje, o PMDB é base do Governo Lula. Então oposição e situação são coisas transitórias no nosso dia-a-dia. Mas as vertentes partidárias...

O meu partido lançou candidato a governador. Na época, tive de conversar muito com o Benedito: "Benedito, como eu vou fazer um compromisso nesse sentido? Eu já tenho candidato a governador. Nós estamos trabalhando com o homem há dezesseis anos. Como vou tirar da cabeça do povo da igreja que o Roriz não será candidato da igreja?" Vamos trabalhando, e alguns percalços vão aparecendo na vida pública.

Tivemos problema com o Governador Roriz em determinado período, embora eu goste muito de S.Exa. e lhe conheça as convicções. Indicamos o Maciel para a Secretaria de Saúde. Tenho certeza de que ele fará brilhante trabalho nessa Secretaria. Veremos que a Saúde do Distrito Federal mudará em poucos meses. Não tenho dúvida de que as pessoas terão qualidade nessa área.

Na vida política, precisamos de espaço e de dignidade. E chegaram alguns projetos que não pudemos viabilizar.

Eu estava num comício e lembro o que o Governador falou da Maria de Lourdes e do Arruda. Idéias todos temos. E precisamos entender que as peculiaridades vão passar e a coletividade tem de ser o início da motivação para o crescimento da sociedade. É nisso que acredito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	53

Essa situação partidária em que precisamos de uma licença... Logo se iniciará um processo eleitoral, as coisas vão mudar com mais velocidade. Tenho certeza de que esta Casa dará resposta ao Plano Diretor Local, ao Plano de Ordenamento Territorial.

Uma coisa eu tenho no meu coração: o compromisso de ver a justiça social implantada nesta cidade. Quero trabalho e dignidade para as pessoas.

Quanto ao Legislativo, muitos pensam que aqui se promove tudo o que queremos, mas não podemos fazer guerra.

Hoje estive no P Norte. Fiquei muito sensibilizado com a situação. Como não vamos fazer algo se fomos revestidos de um mandato? Como ver uma casa sendo derrubada sem solução? O que vou fazer? (Palmas.)

Realmente a terra foi parcelada. A terra é do Estado. Este ou faz um assentamento, já que as pessoas que estão ali são de baixa renda.

Eu tive oportunidade de entrar em condomínios em Sobradinho. Pensei que estava na Califórnia, mas é área pública. (Palmas.)

Então são situações... Eu não quero gerar revolta. A nossa conversa não é essa. Nossa conversa é conscientizar.

Todos temos o direito de ingressar na sociedade. Vamos trabalhar muito para poder estudar. Ajudem seus filhos a serem o que não conseguimos ser, para que, no futuro, tenhamos justiça social igualitária e força de produção melhor.

Assim as pessoas que ocuparão cargos de prestígio e de força desta cidade no futuro entenderão o que é estar embaixo, o que é passar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/05/05	15h15min	43ª ORDINÁRIA	54

fome, entre muitas outras situações; como o nosso Governador Roriz entende.

Nós queremos agradecer a todas as pessoas que vieram aqui nesta tarde. Não tenho dúvidas de que o Ministério Público tem um papel fundamental. Não estamos criticando. Mandamos um abraço às pessoas que trabalham lá. Anthony, tenho certeza de que, quando nos virmos nas quadras 27 e 28, você estará cumprindo o seu dever de ofício com um colete à prova de balas. Tenho certeza de que você não tem, no seu coração, satisfação em ver aquilo que está ocorrendo. Nem o Prof. Ênio nem outras pessoas que aqui estão a têm também. O que queremos é uma solução bem empenhada.

Deus nos abençoe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h40min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RECIDO  
Em 24/05/05  
Assessoria de Plenário

1

TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 43ª  
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO  
GERAL PARA DEBATER O ESTUDO DO ZONEAMENTO  
AMBIENTAL E O PLANO DE MANEJO DA ARIE PARQUE  
JK, CONFORME SOLICITAÇÃO DO REQUERIMENTO  
Nº 1894/2005,

EM 19 DE MAIO DE 2005.

## SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Wilson Lima e Brunelli.

**SECRETARIA:** Deputado Chico Leite.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

**INÍCIO:** 15 horas e 16 minutos.

**TÉRMINO:** 17 horas e 41 minutos.

ATA SUCINTA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 19 DE MAIO 2005,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

REVISOR: m.º Juez

CHEFE DO SETAS:

Paulison



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

### 1 ABERTURA

#### Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

### 2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.894, de 2005, do Deputado Brunelli e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o zoneamento ambiental e o plano de manejo da ARIE Parque JK.

#### 2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E CO-AUTOR DO REQUERIMENTO, Deputado Brunelli.
- SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMPARQUES, Ênio Dutra.
- SUBSECRETÁRIO DE FISCALIZAÇÃO, José da Luz Araújo.
- PROFESSOR DA UnB, Otto Ribas.
- ANALISTA PROCESSUAL DA PROMOTORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO DF - MPDFT, Anthony Brandão.
- REPRESENTANTE DO IBAMA, ANALISTA AMBIENTAL - Manoel Araújo.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

### 2.2 PRONUNCIAMENTOS

**DEPUTADO BRUNELLI**, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Informa que o Plano Diretor Local receberá modificações e que a presente comissão geral visa a debater a situação da área e dos respectivos moradores como parte da política habitacional do GDF.

**ÊNIO DUTRA**, Secretário de Estado da Comarques.

- Esclarece que o estudo objeto do debate é patrocinado pelo DER, como compensação ambiental, e apresenta plano de manejo que divide a área e destaca as regiões que podem ser utilizadas para moradia e as que devem ser preservadas.

- Salienta que o órgão tem a preocupação de organizar o espaço do Parque JK.

- Solicita que os donos dos terrenos não construam, ainda, no local, até que sejam concluídos os estudos.

- Esclarece que **ARIE** não se destina ao lazer e que sua ocupação deve ser controlada.

**JOSÉ DA LUZ ARAÚJO**, Subsecretário de Fiscalização.

- Ressalta que a atividade fiscalizadora é relevante para a sociedade, embora contrarie interesses individuais.

- Afirma que tem buscado, em seu trabalho, manter entendimento com a comunidade.

- Destaca que há preocupação, por parte do GDF, com os mananciais e com a questão social.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

### **OTTO RIBAS, professor da UnB.**

- Aborda o dilema enfrentado por quem se encontra na direção de órgão como o Comparques, que deve pensar tanto nas necessidades imediatas quanto na preservação do meio ambiente em benefício das gerações futuras.

- Apresenta detalhes do estudo sobre a ARIE Parque JK, criada por uma lei da Casa.

### **ÊNIO DUTRA, Secretário de Estado da Comparques.**

- Elogia o acompanhamento do estudo pelos servidores da Semarh, do DER e do Ibama.

- Pede à comunidade ocupante do Parque JK que ajude a preservar o meio ambiente local.

### **MANOEL ARAÚJO, representante do Ibama.**

- Destaca a atuação do Ibama na fiscalização das áreas de preservação ambiental.

- Informa que o Ibama só expede licenciamento com observação da legislação pertinente.

- Chama atenção do poder público e da comunidade presente para a preservação ambiental.

### **ANTHONY BRANDÃO, analista processual da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do DF - MPDFT.**

- Informa que o Ministério Público ainda não teve acesso ao estudo apresentado nesta comissão geral.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- Enfatiza a preocupação do Ministério Público, como fiscal da lei, com a defesa dos interesses sociais.
- Defende o combate à grilagem de terras públicas e à ocupação desordenada do solo.
- Reivindica dos órgãos de Governo programas para que haja adequado ordenamento territorial sem a degradação do meio ambiente.
- Defende o direito à habitação com preservação ambiental e sem prejudicar a qualidade de vida.
- Comenta que o Parque JK foi criado como área rural e não para ocupação urbana, e orienta os moradores a reivindicarem do poder público uma política habitacional adequada.

### **CRISTIANO SENA**, vice-prefeito do Condomínio Pôr-do-Sol.

- Pergunta ao professor Otto Ribas qual o percentual de ocupação da ARIE do Parque JK.
- Concorda com a necessidade de preservação ambiental e com a fiscalização e sugere aos órgãos de governo a identificação das áreas de nascente no Parque JK.

### **OTTO RIBAS**, professor da UnB.

- Informa que a ocupação do Parque é de aproximadamente 10%.

### **CARLOS MARTINS DE RESENDE**, presidente da Associação de Moradores do Núcleo Rural Taguatinga - Chácara 28B,

- Enfatiza a omissão dos órgãos públicos para com a ocupação desordenada do Parque JK.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- Acredita que a desocupação não resolverá o problema de preservação ambiental.

- Defende a preservação das áreas de nascente do Parque.

**ÊNIO DUTRA**, Secretário de Estado da Comparques.

- Aborda o trabalho realizado pela Secretaria de Estado da Comparques.

- Defende a implantação de projeto urbanístico para ocupação racional do Parque JK.

**SAMARA ALVES GUIMARÃES**, presidente da Aprosam.

- Questiona por que não se transforma o Parque em área rural.

- Indaga dos representantes do poder público o motivo de não haver projeto do GDF para o Parque JK e, mesmo assim, haver, por parte dos fiscais do governo, ameaça de derrubada de casas do local.

**ÊNIO DUTRA**, Secretário de Estado da Comparques.

- Promete à presidente da Associação dos Produtores Rurais de Samambaia, Samara Guimarães Alves, que o Governo apresentará projeto para dar tranquilidade e segurança aos moradores.





## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

### 3 ENCERRAMENTO

**Presidente (Deputado Brunelli):**

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

  
Primeiro(a) Secretário(a)

(/ /SN/N)

---

ATA SUCINTA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 19 DE MAIO 2005,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

REVISOR: Ma. Inez

CHEFE DO SETAS: [Handwritten Signature]